



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11745 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

Revisão bibliográfica. Inclusão educacional dos alunos com deficiência em países lusófonos
 Mariângela Carvalho Dezotti - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE
 SÃO PAULO - FEUSP

Agência e/ou Instituição Financiadora: USP

INCLUSÃO EDUCACIONAL DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM PAÍSES LUSÓFONOS

RESUMO O trabalho refere-se à pesquisa de doutorado em andamento sobre a educação inclusiva de crianças com deficiência nos anos iniciais da educação básica, em territórios lusófonos. Foram selecionados treze (13) trabalhos. Os resultados incidem sobre os seguintes temas: aproximação dos saberes locais, terminologia e conceituação do campo da deficiência, processos educacionais envolvendo formação, práticas e desenhos de políticas inclusivas.

Palavras-chave: educação inclusiva, lusofonia, aluno com deficiência.

Introdução e Método A revisão bibliográfica está relacionada aos países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. A pesquisa compreende o período entre janeiro de 2006 e janeiro de 2021, a partir dos seguintes termos: inclusão, inclusão educacional, educação especial e deficiência e o operador lógico booleano lusof. Na base SciElo foram considerados seis, na JSTOR, um trabalho, e no Google Acadêmico, seis trabalhos. Discussão e resultados

Nos achados a lusofonia quase não comparece como dimensão conceitual ou analítica. Desses, três trabalhos desenvolvem a temática relativa a saberes locais, cultura, forças e globalização (MANGANA, 2017; SANTOS, 2018; TAVARES, 2013). Apontam que a política de formação universitária baseada em práticas internacionais, o registro e a divulgação dos saberes deslocados das vivências produzem esvaziamento da cultura local. A discussão da terminologia e conceituação do campo da deficiência ocorre em 2 trabalhos: Borelli et al (2021) e Gardou (2011) demonstram que, ainda que haja unidade linguística, não há unidade conceitual ou terminológica no que concerne às discussões sobre deficiência. Ainda que se utilizem expressões contemporâneas como deficiência intelectual, inclusão, se não há transformação profunda nas concepções de humano, o resultado é mero deslizamento semântico, sem mudança substancial. Sobre os processos educacionais envolvendo formação, práticas e políticas inclusivas, temos 8 estudos: Políticas inclusivas (CHAMBAL, 2007;

PEREIRA; BIZELLI, 2018; VINENTE; COSTA, 2017; VINENTE; COSTA; GALVANI, 2019). Tais publicações apresentam a análise da legislação educacional e discutem as dimensões do direito à educação escolar por parte de pessoas com deficiência em países de língua portuguesa. Política inclusiva e currículo e o descompasso na formação de professores os textos de Chambal (2012); Chambal e Bueno (2014). Sobre práticas inclusivas, Sanches (2011) e Silva (2013) discutem diversidade, equidade e reflexos da inclusão no ambiente educacional.

Conclusões

O que foi possível apreender nos textos é que, com a pretensão de ser universal, o conhecimento torna-se expressão da forma dominante, que ganha essa força a partir de mecanismos de financiamento internacional e de um processo ideológico em que a divulgação faz parecer aplicável a todo o mundo aquilo que é particular. Mais que isso, produz ocultamento e deslegitimação de saberes contra hegemônicos (SANTOS, 2018). Outro ponto diz respeito à lusofonia, ainda que sejam elaborados na mesma língua, a portuguesa, uma mesma palavra pode carregar diferentes sentidos e gerar distintos desdobramentos em termos da garantia de direitos. Tal cenário permite a suposição, que está sendo investigada no decorrer da pesquisa em curso, que tanto o diagnóstico das deficiências quanto as formas de atenção a pessoas que vivem essa condição são marcadas por um mesmo viés: um conhecimento que, muitas vezes, não é produzido a partir das experiências locais e a proposição de condutas que podem não condizer com a realidade, o que pode vir a intensificar barreiras, em vez de enfrentá-las (GRECH, 2015). Os estudos da política educacional inclusiva a partir da legislação trazem como efeito a possibilidade de compreensão a respeito do desenho oficial da educação especial, a partir dos órgãos legais. Fica obliterada, entretanto, a experiência vivida nas redes de ensino, no cotidiano das unidades educacionais. São constantes as afirmações a respeito do avanço na garantia da matrícula, sem os devidos incentivos estruturais e formativos. Também chama a atenção a pouca visibilidade de estudos realizados diretamente com professores e a formação dos mesmos. Também não foram encontradas pesquisas com estudantes com deficiência. Ao mesmo tempo que destacam a importância da produção de conhecimento a partir de situações concretas, as produções indicam o quanto situações de troca são incomuns, ocorrendo de maneira assistemática. Por fim, cabe assinalar que, ainda que os trabalhos discutam aspectos contextuais, como cultura, língua, organização socioeconômica e histórico de colonização, o conceito de lusofonia e as possibilidades de articulação entre países lusófonos não são discutidos.

Referências

BORELLI, Wyllians Vendramini; LABREA, Vanessa Nicola; LEAL-CONCEIÇÃO, Eduardo; PORTUGUEZ, Mirna Wetters; COSTA, Jaderson Costa da. Avaliação de declínio cognitivo subjetivo: uma revisão sistemática de instrumentos disponíveis para avaliar queixa cognitiva em português. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*. vol. 79, n. 03, pp. 238-247, 2021.

CHAMBAL, Luís Alfredo e BUENO, José Geraldo Silveira. A Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica. *Cadernos CEDES*. vol. 34, n. 93, pp. 225-239, 2014. CHAMBAL, Luís Alfredo. A Escolarização dos Alunos com Deficiência em Moçambique: um estudo sobre a implementação e os resultados das políticas da inclusão escolar (1999-2006). 2007.

CHAMBAL, Luís Alfredo. A formação inicial de professores para a inclusão escolar de alunos com deficiência em Moçambique. *Doutorado – Educação: História, Política, Sociedade*. 2012.

GARDOU, Charles. Pensar a deficiência numa perspectiva inclusiva. *Rev. Lusófona de*

Educação, Lisboa, n. 19, 2011. GRECH, Shaun. Decolonising Eurocentric disability studies: why colonialism matters in the disability and global South debate. *Social Identities*. Vol. 21, No. 1, 6–21, 2015.

MANGANA, Gregório Adélio. A institucionalização dos "saberes locais" a partir de políticas curriculares em Moçambique: comunidades epistêmicas, contextos de influência e lugar de intermediação. Universidade Federal de Pernambuco. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Assembléia Geral das Nações Unidas, 6 de dezembro de 2006.

PEREIRA, Carlos Eduardo Cândido; BIZELLI, José Luiz. A inclusão escolar das pessoas com deficiências nos países da comunidade de língua portuguesa. Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.

SANCHES, Isabel. Do 'aprender para fazer' ao 'aprender fazendo': as práticas de educação inclusiva na escola. *Revista Lusófona de Educação*, 19, 2011. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Construindo Epistemologias do Sul: antologia essencial*. Volume I. Para um pensamento Alternativo de Alternativas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. vol. 1, 688 p.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. Dados de Investigação em Ciências da Educação e em Artes Visuais: testemunho para a construção da Escola Inclusiva. *Revista Lusófona de Educação*, n. 25, 2013. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa, Portugal.

TAVARES, Manuel. A Universidade e a pluridiversidade epistemológica: a construção do conhecimento em função de outros paradigmas epistemológicos não ocidentocêntricos. 2013. *Rev. Lusófona de Educação*. n. 24, pp. 49-74.

VINENTE, Samuel; COSTA, Maria da Piedade Resende da. Escolarização de jovens e adultos com deficiência nos países lusófonos: análise da legislação educacional. In: COSTA, Maria da Piedade Resende da (Org.) *Educação especial e educação de adultos: temas para reflexão*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. 150p.

VINENTE, Samuel; COSTA, Maria da Piedade Resende da; GALVANI, Márcia Duarte. *Interface entre Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos no Brasil e Moçambique*. Presidente Prudente, v.16, n1,jan/mar 2019